

QUALIDADE EM PAUTA: OS PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS E O MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Abelardo Bento Araújo*

Resumo: Neste artigo, analisou-se a relação entre os periódicos jornalísticos e a política de monitoramento da qualidade da educação no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica, o texto discute que, para além das possibilidades de utilização desses periódicos como fontes na pesquisa em Educação, alguns aspectos da política de monitoramento da qualidade da educação estabelecem, de antemão, íntimas relações entre Estado, Política Educacional e atividade jornalística. Isso ocorre quando a atividade jornalística toma como objeto a divulgação de dados gerados por avaliações em larga escala. Tomam-se como bases o conceito de cotidianidade proposto por Heller (2000) e a literatura acerca da imprensa como fonte de pesquisa (MACHADO, 2007; ARAÚJO; GATTI JÚNIOR, 2002). Ao compreender os periódicos jornalísticos como veículos que inserem o tema da qualidade da Educação, na vida cotidiana, o texto evidencia as novas relações entre Estado, política educacional e atividade jornalística, bem como as lacunas no conhecimento acerca dessa relação.

Palavras-chave: Imprensa. Política educacional. Monitoramento. Qualidade de educação.

Quality in discussion: the journalistic periodicals and the quality of education monitoring

Abstract: *This study examined the relationship between journalistic periodicals and education quality monitoring policy in Brazil. From bibliographic content research, this text analyzes that beyond the possibilities of use of newspapers as sources of research in education, some aspects of education quality monitoring policy previ-*

*Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo; Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Pedagogo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Avenida da Universidade, 308, Butantã, 05508040, São Paulo, São Paulo, Brasil; belo20rpm@hotmail.com

ously establish intimate relations between State, Educational Policy and journalistic activity. This happens when journalistic activity sets as its object the dissemination of data generated from large-scale assessments. We choose as basis of this study the concept of everydayness proposed by Agnes Heller (2000) and the literature about the Press as a research resource (MACHADO, 2007; ARAÚJO; GATTI JÚNIOR, 2002). Understanding journalistic periodicals as vehicles that enter the discussion about the quality of education in everyday life, this article shows the new relationships between state educational policy and journalism, as well as gaps in knowledge about this relationship.

Keywords: *Press. Educational Policy. Monitoring. Quality of education.*

1 INTRODUÇÃO

Os periódicos jornalísticos representam fontes de pesquisa bastante valorizadas em áreas como Comunicação, História e Literatura. A História da Educação também tem se aproveitado em boa medida dessas fontes. Na pesquisa em Educação, em geral, no entanto, quando utilizados, costumam configurar-se como reforço aos dados, embora se verifique, nos últimos anos, tanto o aumento de textos sobre pesquisa em educação que demonstram a importância da inserção de novas fontes como a imprensa (ARAÚJO; GATTI JÚNIOR, 2002; entre outros), quanto à própria utilização desse tipo de fonte – no caso em questão, na pesquisa em política educacional (FERNANDES, 2011; FARIAS, [201?]). Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é discutir, com base em pesquisa bibliográfica, a relação entre a política educacional e os jornais e revistas, para além da condição destes como fontes de investigação. A intenção é destacar que, no âmbito da política de monitoramento da qualidade da educação, eles não representam apenas meios de verificar a repercussão cotidiana sobre fatos, mas tornam-se, de forma não planejada, parte da própria dinâmica da política educacional, desde quando o conhecimento dos dados produzidos pelas avaliações sistêmicas é previsto no âmbito das medidas estatais.

Dois fatos levam à proposição deste texto: o primeiro é a adoção de políticas de monitoramento da qualidade de educação no Brasil, com a mais recente criação de índices e escores por meio dos quais se divulgam os resultados das avaliações externas, realizadas pelo Estado; o segundo fato é a apropriação, a divulgação e a análise desses resultados pela imprensa. Exemplifica esse fato a dedicação de colunas, em periódicos, à análise do *mapa da qualidade da educação* no Brasil, subsequentemente às divulgações de resultados de avaliações pelo Ministério da Educação (MEC). Tão

logo o MEC divulga o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB),¹ já se visualizam os *mapas da qualidade da educação no país*, bem como análises de especialistas, em jornais impressos, telejornais e revistas.

O texto organiza-se em cinco momentos, entre os quais se inclui esta introdução. Na segunda parte, trata-se dos escritos jornalísticos como veículos que inserem o debate a respeito dos diversos temas no âmbito da cotidianidade da vida humana, bem como de sua importância como fontes na pesquisa educacional. Na terceira parte, rememoram-se brevemente os caminhos da política educacional de monitoramento, buscando subsídios para discutir a divulgação de dados como estratégia na política educacional. Na quarta parte, demonstra-se a relação que vem se estabelecendo entre jornais e revistas e a política de monitoramento da qualidade da educação: esses meios se apropriam dos dados gerados pela avaliação em larga escala e participam da realização de uma das ações previstas pelo Estado para levar a cabo o monitoramento da qualidade da educação como estratégia de controle social. Enunciam-se, também, algumas lacunas no conhecimento em Educação tornadas perceptíveis a partir dessa nova realidade. Na quinta parte, estabelecem-se as considerações finais.

2 O TEXTO JORNALÍSTICO COMO FONTE PARA A PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL

Embora a publicação de análises de especialistas em colunas de revistas e jornais sobre temas diversos seja constante, esses veículos de comunicação não se obrigam a uma análise científica e rigorosa da realidade. Não obstante, são esses meios de comunicação que trazem para a cotidianidade o debate de diversos temas, além de popularizarem vocábulos a ela. Cotidianidade aqui é entendida no sentido que lhe atribui Heller (2000); a autora discute o significado do termo a partir de uma oposição ao de atividade humano-genérica. Segundo a autora, as atividades humano-genéricas são aquelas que se fazem no âmbito da práxis, permitindo ao homem uma prática permeada pela reflexão.

Distanciando-se da práxis, no âmbito das atividades práticas, encontra-se a cotidianidade, que não deve ser confundida com dia a dia. Nesse sentido, a cotidianidade compreende a realização das atividades da vida humana à medida que elas se distanciam da práxis – sem que isso, porém, signifique oposição a esta. É um modo de estar no mundo. A vida cotidiana é entendida como a vida de todo homem, a vida do indivíduo. “A característica dominante da vida cotidiana é a *espontaneidade*”, mas

nem toda a atividade cotidiana é espontânea. Todavia, à espontaneidade se deve o grande número de decisões e ações que são realizadas no dia a dia.

Segundo Heller (2000, p. 30), “[...] se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades cotidianas [...]” Isso inviabilizaria a reprodução da própria vida em sociedade. Na vida cotidiana, o indivíduo age com base em probabilidades virtuais, pois nela é impossível “[...] calcular com segurança científica a consequência possível de uma ação.” (HELLER, 2000, p. 30). Dada essa espontaneidade, decorre que a relação entre pensamento e ação na vida cotidiana é uma unidade imediata. A atitude nesse âmbito “é absolutamente pragmática”. “A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é *atividade humano-genérica consciente* [...]” (HELLER, 2000, p. 32). O fundamento dessa probabilidade é o “*economicismo*” (economia de tempo, principalmente), uma vez que pensamento e ação manifestam-se e funcionam na medida em que são indispensáveis à continuação da cotidianidade.

Sempre que um fenômeno é colocado ao homem em sua vida cotidiana não há tempo para examinar-lhe todos os aspectos. Esse processo torna-se possível graças aos diversos tipos de ultrageneralização. É nesse tipo de situação que se recorre à analogia, na qual entra em jogo “o nosso conhecimento cotidiano”. Posteriormente ao recurso analógico, no qual se classifica o caso segundo outro já conhecido, analisam-se as particularidades em questão. Caso isso não ocorra, o juízo provisório da analogia também pode se cristalizar em preconceito. A vida cotidiana, embora seja a esfera da realidade que mais se presta à alienação, “[...] não é de nenhum modo necessariamente alienada.” (HELLER, 2000, p. 38). A alienação da vida cotidiana é proporcional à alienação da estrutura econômica, na qual se insere, bem como sua irradiação para as demais esferas da vida. “Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.” (HELLER, 2000, p. 38). A autora ressalta, porém, que esse abismo não tem a mesma profundidade em todas as épocas e jamais foi completamente intransponível para o homem.

Ao encontro do conceito de cotidianidade proposto por Heller (2000), Machado (2007) afirma que a imprensa facilita a compreensão de fenômenos como os econômicos, sociais, políticos e educacionais, ao assumir um caráter imediato, temporário e tratar de questões que ocorrem cotidianamente, provocando a reação do leitor. Além de considerar essas características dos jornais, Fernandes (2011) acrescenta que

os utiliza como fonte de sua pesquisa compreendendo-os, inclusive, como importante estratégia educativa.

Encontra-se em desenvolvimento, nesse sentido, a pesquisa de doutoramento de Jaime Farias, pela Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos, SP. Nela, o autor elege como objetos de análise os artigos publicados pela *Folha de S. Paulo* (jornal comercial) e pelo *Jornal do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo* (APEOESP) (jornal sindical). Valendo-se de contribuições das teorias da comunicação, da filosofia e da educação, procura descrever a relação entre as práticas jornalísticas e os processos de regulação do sistema educacional. O autor parte da hipótese “[...] de que os saberes conduzem as ações dos indivíduos e resultam numa espécie de consenso. Para compreender este processo, toma-se como referência o questionamento indicado por Michel Foucault sobre o consentimento.” (FARIAS, [201?]).²

Por se tratar de escritos produzidos no calor dos acontecimentos, os jornais acabam atuando no âmbito de uma relação entre informação-reação aos fatos. Ao insistir em determinados temas, esses periódicos sublinham para o público a importância desses temas. Assim:

O jornal com a insistência continuada em determinadas temáticas acaba por criar a adesão ao que é proposto. Sem contar a autoridade que toma a notícia escrita, ainda mais se vier assinada ou respaldada por alguma autoridade portadora de título acadêmico ou do reconhecimento social, como políticos de expressão, professores e advogados. O jornal torna-se um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época [...] Ele é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos para diferentes interesses, necessita garantir os olhares do público. Apesar do direcionamento ideológico que possui, encontra-se em suas folhas, não uma história, mas diversas. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 206).

A partir do momento em que os jornais passam a se preocupar com os dados relativos à avaliação em larga escala como referente da qualidade da educação no país, registra-se uma mudança histórica ligada ao movimento de apropriação, legitimação ou refutação dos sistemas de avaliação. Constatar a importância da imprensa no âmbito da relação entre Estado e política educacional implica também reconhecer que a própria constituição da imprensa, sua história, torna-se importante para a compreensão dessa relação, o que não cabe fazer neste artigo, por extrapolar o objetivo proposto.

3 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Utilizadas nos Estados Unidos desde a década de 1950, as avaliações sistêmicas, externas ou em larga escala, ganharam centralidade na política educacional brasileira a partir da década de 1990. O avanço quantitativo da oferta da Educação Básica, no Brasil, colocou diante da política educacional novos desafios ligados à qualidade. Segundo Oliveira (2009), as políticas educacionais nos países da América Latina convergiram nas últimas décadas – principalmente em relação à Argentina, ao Brasil e ao Chile – e apresentam em comum uma nova regulação educativa, baseada na gestão local, no financiamento *per capita* e na avaliação sistêmica. Essas transformações também redefiniram o papel do Estado em relação à educação no que se refere às responsabilidades, suscitando um polêmico debate sobre os seus impactos sobre a escola e acerca das influências de que são portadoras.

Nessa regulação estatal, dois pilares passam a ser focalizados: o currículo e os exames nacionais. Ganham destaque as medidas que relacionam custo-benefício em educação. Para Luiz Carlos Freitas (2004), nesse contexto, a educação passa a ser um serviço e as escolas e universidades tornam-se organizações. Levar a conhecimento público os resultados dos exames nacionais torna-se mecanismo de pressão sobre as instituições. As avaliações sistêmicas nacionais configuram-se, dessa maneira, como instrumentos por meio dos quais o governo controla despesas, muda a cultura do setor público e altera as fronteiras entre este e o setor privado. O foco da política encontra-se na produtividade e na eficiência. Adota-se a perspectiva do “quase-mercado”, termo que “[...] tem sido utilizado para designar contextos em que, apesar de existirem financiamentos e regulações governamentais, também estão presentes alguns mecanismos de mercado [...]” (BERTOLIN, 2011, p. 241-242). Essa noção, “[...] tanto do ponto de vista operativo, quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita, podendo, portanto, ser implantada no setor público sob a suposição de induzir melhorias.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 877). Nessa lógica, as medidas adotadas “[...] podem ser diversas, mas, no caso da educação, os mecanismos que têm evidenciado maior potencial de se adequarem a ela são as políticas de avaliação associadas ou não a estímulos financeiros.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 877).

As políticas educacionais são permeadas por lutas, pressões, conflitos internos e entre as classes sociais. As políticas sociais “[...] não são estáticas ou fruto

de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais, expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo.” A essa capacidade, os “[...] burocratas contemporâneos têm por hábito chamar ‘governança’.” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 8-9, grifo nosso).

A despeito das mudanças que implicam as políticas de monitoramento da qualidade da educação em relação ao papel do Estado,³ todas as medidas se justificam pelas metas de melhoria da qualidade da educação. Afinal, quem não defenderia a melhoria constante das escolas, especialmente em relação aos estudantes pobres? Segundo Ravitch (2011), nos Estados Unidos essas políticas prometiam “[...] a garantia de que crianças pobres não seriam negligenciadas, o empoderamento dos pais pobres, a possibilidade de crianças pobres escaparem de escolas ruins, e o fim da distância de desempenho entre ricos e pobres, negros e brancos.” (RAVITCH, 2011, p. 17-18). Dessa forma, ainda naquele país, “[...] por que as escolas não deveriam ser administradas por qualquer um que pudesse proporcionar boas escolas, usando fundos governamentais?” (RAVITCH, 2011, p. 24). Sem a gestão direta do Governo, as escolas poderiam aplicar as medidas de livre mercado, como: demitir professores incompetentes; contratar os melhores mestres; competir por estudantes (entendidos como clientes) e, assim, seriam avaliadas segundo as pontuações obtidas em testes.

Convém lembrar que as medidas estatais não se inscrevem apenas no âmbito da ideologia (encobrimento-ilusão) e da repressão (interdito), uma vez que elas, frequentemente, carregam concessões positivas para as massas como: a reabsorção do desemprego e as políticas sociais (POULANTZAS, 1980). Seria o caso da promessa de melhoria da qualidade da educação especialmente para estudantes pobres como justificativa das medidas adotadas.⁴

De acordo com Dirce Nei Teixeira de Freitas (2007), somente no final dos anos 1980 cresceu, no País, o interesse do Estado pela avaliação em larga escala, que guardava estreita afinidade com o projeto de modernização da administração estatal. Segundo a autora, na nova conjuntura de internacionalização das questões educacionais, a avaliação sistêmica se tornou importante instrumento de mediação entre o local e o global. A autora escreve em outro artigo que: “A reforma administrativa no campo da educação vai ganhando materialidade pela via da indução, do monitoramento, do controle e da avaliação. Tem-se explicitado, assim, pela ‘mão’ do Executivo federal, o papel regulador do Estado.” (FREITAS, 2004, p. 679).

O conceito de avaliação também passa por reconfigurações. O conceito que disso emerge privilegia a avaliação externa, visando à competitividade entre instituições e entre professores. A qualidade passa a ser vista como produto da própria competição (FREITAS, 2004). Dois argumentos utilizados pelos gestores da educação para a adoção da avaliação como ferramenta principal na gestão são os mais criticados:

a. O primeiro considera a lógica interna dos processos de avaliação, examina seus princípios e procedimentos, procura explicitar os enfoques e critérios adotados, tomando-os como referência para a discussão das potencialidades e dos limites das práticas adotadas. As possibilidades de interferência da avaliação na melhoria da qualidade de ensino estariam presentes na própria lógica intrínseca ao seu delineamento. (OLIVEIRA, 2008 apud SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 794);

b. O segundo considera também a utilização dos resultados na condução das políticas educacionais, examinando a validade, a relevância e a oportunidade das iniciativas adotadas como consequência do conhecimento obtido mediante o processo de avaliação. (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 794).

Os autores criticam o discurso oficial, que lhes parece não considerar outras dimensões na busca da qualidade da educação. Segundo os autores, o discurso oficial que postula a avaliação como ferramenta de gestão parece encerrar-se em si mesmo, esquecendo-se dos demais estudos sobre a escola e o rendimento escolar. Para os autores, nesse sentido, “[...] mais do que um debate acadêmico, a apreciação da natureza e do papel do Estado tem desencadeado mudanças significativas nas políticas públicas, particularmente no processo de privatização da gestão de serviços e atividades estabelecidas na esfera pública.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 796). Eles resumem a ação reguladora do Estado em sete pontos, como segue:

1. O poder dos testes e exames para afetar indivíduos, instituições, currículos é um fenômeno perceptivo: se os estudantes, professores ou administradores acreditam que os resultados de um exame são importantes, importa pouco se isso é realmente verdadeiro ou falso – o efeito é produzido pelo que os indivíduos percebem ser.
2. Quanto mais indicadores sociais quantitativos são usados para tomar decisões sociais, mais provavelmente se distorcerão tais processos tentando monitorá-los.
3. Se importantes decisões são supostamente relacionadas aos resultados dos testes, então os professores ensinarão para o teste.
4. Em cada ambiente em que se operam testes, desenvolve-se uma tradição baseada em exames passados, o que eventualmente define “de fato” o currículo.

5. Os professores dirigem particular atenção à forma das questões dos testes (por exemplo, resposta curta, ensaio, múltipla escolha) e ajustam o que ensinam de acordo com ela.
6. Quando os resultados dos testes são o único ou mesmo o árbitro parcial do futuro educacional ou das escolhas de vida, a sociedade tende a tratar o resultado dos testes como o principal objetivo da escolarização, em vez de um indicador útil do desempenho, ainda que falível.
7. Os testes transferem controle do currículo para a agência que controla o exame. (MADAUS, 1988, p. 94 apud SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 798-799, tradução nossa, grifo nosso).

Apesar do argumento de “[...] que essas práticas avaliativas seriam indutoras de níveis crescentes de qualidade de ensino.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 799), as controvérsias se acirram, porque se torna difícil conhecer a qualidade do ensino por meios operacionais, em virtude dos seus condicionantes históricos e sociais. Esses procedimentos operacionais podem resultar na difusão de um “cientificismo”, de uma ideologia da racionalidade científica, segundo a qual seria possível elevar a qualidade por meio da medição de índices de aproveitamento, utilizando-os, ainda, para pressionar as escolas a melhorá-los (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 801).

O sexto ponto destacado na citação trata do nó em que se inserem os meios de comunicação no debate travado pela sociedade acerca daquilo que entende como qualidade de educação e sobre as maneiras de alcançá-la. Amparados por uma pretensa objetividade, jornais e revistas podem atuar na legitimação dos testes como árbitro – infalível – das aferições de qualidade da educação. O cientificismo aludido pelos autores poderia, também, encontrar seu *locus* privilegiado de difusão e ampliação na imprensa.

4 NOVAS RELAÇÕES ENTRE JORNAIS, REVISTAS E ESTADO ANTE A POLÍTICA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Além dos motivos já apontados pelos autores mencionados que justificam a realização da pesquisa em educação, tomando por base os periódicos jornalísticos, citam-se, neste texto, razões intrínsecas da política educacional brasileira atual que estabelecem conexões importantes com esses veículos. O ponto de partida para a constatação de novas relações entre a política de monitoramento da qualidade da educação e os jornais e revistas impressos e virtuais é o de que estes desempenham um papel na implementação dessa política que já está previsto desde a concepção dela. A ação da

qual os jornalísticos participam e se apropriam é a divulgação de dados obtidos por meio das avaliações sistêmicas.

Desde o fim dos anos 1980, após o avanço quantitativo da oferta educativa, as preocupações de sistemas de ensino de todo o mundo têm convergido para a questão da melhoria da qualidade da educação. A partir dos anos 1990 e, com maior intensidade, no início do século XXI, duas medidas centrais e complementares despontaram nas políticas educacionais, como possíveis alternativas para elevar os padrões de qualidade da educação: a testagem e a responsabilização. Os sistemas de ensino aplicam testes padronizados a seus alunos e, com base nas notas obtidas por estes, geram escores por escolas, cidades, regiões e estados. Em seguida, divulgam os resultados com a finalidade de obter a pressão da sociedade sobre as escolas por melhores escores; ou, então, vinculam diretamente o pagamento de bônus a professores e outros trabalhadores da educação aos escores obtidos pelas escolas em que eles trabalham, bem como a aplicação de possíveis sanções. Essa é, em síntese, a ideia da combinação entre testagem e responsabilização contida no denominado monitoramento da qualidade da educação.

Se os procedimentos de tornar público e divulgar os resultados das avaliações em larga escala tornaram-se importantes na cooptação de alunos e pais de alunos – enquanto usuários dos serviços educacionais – para pressionar escolas por melhores escores, os meios de comunicação assumiram importante papel no âmbito das políticas de monitoramento da qualidade da educação. Esses veículos de comunicação, ao se ocuparem de dados como os *rankings* realizados pelas agências avaliadoras, e ao divulgarem os *mapas da qualidade da educação no país*, etc., passam a fazer parte dessas políticas. No mínimo, esses meios assumem lugar privilegiado no debate que a sociedade pode vir a travar em torno do que seja qualidade de educação e sobre como alcançá-la, uma vez que é, principalmente, por meio da imprensa que o conhecimento dos índices se populariza. Segundo Brooke (2006), até o ano 2005, não havia interesse dos meios de comunicação pelos resultados das avaliações em larga escala. À época, o autor apontava que:

[...] ainda que não sejam amplamente divulgados pela imprensa, nem mesmo debatidos nas faculdades de educação, os resultados do Saeb sobre o nível de desempenho dos alunos brasileiros em Matemática e Língua Portuguesa publicados a cada dois anos têm gerado dúvidas sobre a capacidade da escola pública de garantir padrões mínimos de aprendizagem. (BROOKE, 2006, p. 383).

Segundo o autor, os meios de comunicação não davam destaque a esse tipo de resultados “[...] por considerar irrelevante a comparação internacional” ou por duvidar da metodologia adotada quanto à capacidade de ela demonstrar de fato o desempenho escolar do aluno brasileiro (BROOKE, 2006, p. 384). Por meio das considerações de Brooke (2006), percebe-se, por uma perspectiva histórica, o crescimento do interesse por esse tipo de dado. Em buscas realizadas em portais de notícias na Internet, utilizando-se como palavra-chave a sigla “Ideb”, obtêm-se os resultados apresentados no Quadro 1. Além disso, ao contrário da possível dúvida dos jornais quanto à metodologia adotada para aferição do desempenho, correndo o risco de ser demasiado superficial, os títulos das reportagens não sugerem questionamento dessa metodologia.

Quadro 1 – Registros com a sigla Ideb nos principais sites de notícias no Brasil

Fonte	Quantidade de registros para a palavra-chave “Ideb”
IG (http://www.ig.com.br/)	7.640
G1 – Portal de Notícias da Globo (www.g1.com.br)	823
Terra (www.terra.com.br)	600
O Estado de S. Paulo (www.estadao.com.br)	595
Folha de São Paulo (www.folha.uol.com.br)	219
Veja (www.veja.abril.com.br)	211
Portal Brasil (www.brasil.gov.br)	95
Exame (www.exame.abril.com.br)	74
Época (www.epoca.globo.com)	26
Carta Capital (www.cartacapital.com.br)	24
BBC Brasil (www.bbc.co.uk/portuguese)	7

Fonte: os autores.

Nota: O site IG busca resultados na página Último Segundo (<http://ultimosegundo.ig.com.br/>) e também em páginas associadas ao portal.

Considerando-se que o interesse dos jornais e revistas pelo tema da qualidade da educação cresceu e que a divulgação dos dados das avaliações em larga escala representa ação decisiva para levar a cabo a política de monitoramento na atualidade, revelam-se as lacunas no conhecimento da área. Torna-se necessário investigar os modos como a imprensa se apropriou e divulgou o monitoramento da qualidade da educação no Brasil e, ao mesmo tempo, buscar referenciais que permitam compreender a atuação da imprensa em si.

A partir da obra *O escândalo político*, de John B. Thompson (2002), Krawczik (2012) afirma que a mídia cria aquilo que, para a esfera política, se configura como uma espécie de “capital simbólico” – “[...] a credibilidade, ou a destruição dela, sobre determinada ação, situação social ou personagem público.” Ainda com base na obra de Thompson (2002), a autora afirma que “[...] a constatação dessa influência na formação de opinião pública a respeito de temas de interesse comum, na esfera da ação política e privada, levou a mídia a ser definida como o quarto poder” (KRAWCZYK, 2012, p. 310). Ao comentar o *Anuário Educativo Brasileiro*, produzido a partir do noticiário brasileiro diário *on-line*, a autora completa:

A educação nunca foi um tema especialmente relevante nos meios de comunicação de massa, porém, a partir da década de 1990, quando a reforma da educação sob uma perspectiva sistêmica passou a formar parte da agenda da maioria dos governos dos países no Ocidente, ela também veio a ocupar, aos poucos, maior espaço na mídia. Isso se deve a vários fatores, um deles é o fato de essa reforma educacional no Brasil fazer parte de uma tendência internacional de reforma da gestão do espaço público e do papel do Estado, que precisava do *convencimento da sociedade*; outro é a retomada da sobrevalorização da educação como potencial de empregabilidade, mobilidade social e competitividade do mercado nacional no âmbito internacional. (KRAWCZYK, 2012, p. 310-311, grifo nosso).

A produção do *convencimento da sociedade* se torna, nas novas políticas de monitoramento, elemento imprescindível. A imprensa, no entanto, não se limita a divulgar os índices; ela faz análises ou visa à formação de uma opinião acerca do tema. Essas análises, enquanto informação e opinião, são mercadorias vendidas pela imprensa (MARCONDES FILHO, 1989). Afinal, “[...] notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensoriais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo.” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13). É necessário considerar ainda a afirmação do autor de que o jornalismo necessariamente atua ao lado de grandes forças econômicas e sociais, pois um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele atua, também, como veículo da voz de grupos econômicos e políticos que pretendem conferir objetividade às suas opiniões subjetivas e particulares. Ficam, assim, algumas lacunas no campo da política educacional, considerando a relação que se configura com os meios de comunicação.

A mídia passa a se configurar como “[...] um dos dispositivos de regulação social da Educação que difunde um tipo particular de informação, de conhecimento.”

(KRAWCZYK, 2012, p. 311). Isso ocorre na medida em que o controle social pretendido pelas políticas educacionais prevê a informação do cidadão como seu pressuposto básico, por meio do qual o ciclo da política se fecharia (iria do interesse do cidadão a um pretensão exercício de controle por parte dele mesmo).

Além da lacuna no conhecimento em Política Educacional, pode-se destacar a obra de Diane Ravitch, *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*, como portadora de razões para a indicação de lacunas no conhecimento acerca da política de monitoramento da qualidade da educação. Essa obra traz uma autocrítica do pensamento educacional e da trajetória de Ravitch como consultora educacional e formuladora de políticas públicas de educação nos Estados Unidos por mais de duas décadas. Na obra, a autora desfaz sua adesão à política americana de monitoramento da qualidade, denunciando as inconsistências, as distorções e a carga ideológica (RAVITCH, 2011). Lembrando a participação da mídia na política de monitoramento da qualidade da educação nos Estados Unidos, a autora demonstra as “evidências que a levaram a mudar de posição e afirmar a falência de um projeto decantado por gestores, fundações empresariais e editoriais da mídia.” (AZEVEDO, 2011, p. 3, grifo nosso). Ravitch (2011) demonstra que a mídia e as grandes corporações apoiaram incondicionalmente a política educacional americana de responsabilização e testagem – dois princípios imbricados. Não obstante, às vezes, os eventos eram tão exemplares das inconsistências de que eram portadores, que essa mesma mídia era obrigada a mencionar e, em raros momentos, criticá-los. São exemplos desses momentos as elevações e quedas meteóricas dos escores obtidos por determinadas escolas e as disparidades entre dados divulgados pelos estados e pelo governo federal, nos Estados Unidos.

Quanto às novas lacunas do conhecimento que se apontam neste texto, é necessário ressaltar, ainda, que a própria relação entre os jornais e a política educacional não tem seus contornos bem delineados. Segundo Krawczik (2012, p. 311), a um só tempo, a mídia evidencia a problematização pública acerca de determinado tema e “[...] também problematiza, seleciona e põe em circulação determinadas informações e pontos de vista, chamando a atenção da população e buscando sua adesão.” Essa concepção se aproxima de Bakhtin (2006), à medida que este compreende que a linguagem não seja uma superestrutura, mas possua sua própria materialidade.⁵ Se a linguagem – e as atividades que se realizam por meio dela – não são reflexo, mas possuem sua própria materialidade, os periódicos jornalísticos não são apenas suportes para a manifestação de pontos de vista sobre

o que ocorre na política de monitoramento, mas tornam-se um elemento que, de algum modo, nela pode interferir.

Em uma análise superficial, considerando-se apenas alguns títulos de reportagens veiculadas no Brasil sobre o tema, em parte quantificadas no Quadro 1, verifica-se que as preocupações giram em torno de temas como: *rankings* e comparações entre escolas; busca por modelos de escola que conseguiram atingir determinado índice; entrevistas com políticos e gestores educacionais, sobre o Ideb alcançado pelas escolas localizadas na área de sua atuação; entre outros. A partir de reflexão sobre esses títulos, é possível enunciar algumas preocupações para a pesquisa educacional. Parece ter sido descoberta, no Ideb, a fórmula para aferir, comparar e diagnosticar a qualidade. O índice parece ser tomado como árbitro infalível, justo, neutro e capaz de elevar, de fato, a qualidade da educação, por meio da competição, exposição e pressão da sociedade. Se por um lado é positivo o fato de a mídia ter levado, a partir de 2006, o tema da qualidade da educação ao “debate público” (SEN, 2011); por outro, preocupa a possibilidade de ter havido uma adesão acrítica às medidas adotadas pelo Estado para aferir a qualidade.

No entanto, para além das questões apontadas por Ravitch (2011), ligadas à decantação de um projeto de reforma educacional para um país, na mídia, existem lacunas em relação à inserção de vocabulário da área, sobre em que medida as fontes jornalísticas contribuem para que as pessoas se apropriem de dados relevantes que lhes permitam reivindicar e debater a questão da qualidade da educação. Trata-se da complexidade do conjunto de relações que se estabelecem entre o Estado, a política educacional e os periódicos jornalísticos; uma vez que a ação estatal cruza a fronteira da atividade jornalística, ao pretender atingir o objetivo do controle social, por meio da informação e da formação de uma atitude (principalmente a de cobrança) no público-alvo das políticas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se discutir não apenas a importância dos textos jornalísticos para a pesquisa em política educacional, mas também demonstrar que a própria política educacional, por meio das estratégias planejadas no chamado monitoramento da qualidade da educação, passou a incluir – de forma não planejada – a atividade jornalística como importante dimensão de suas ações. Os jornais passaram a ter um papel significativo quanto ao retorno que a sociedade pode fornecer, ao ser informada a respeito dos *rankings* educacionais produzidos a partir de dados de ava-

liações sistêmicas. Dessa forma, os periódicos tornaram-se mais do que meios de apreensão dos acontecimentos cotidianos por explicitá-los de forma fugaz, como comumente se defende nos textos sobre pesquisa em Educação. Eles passaram a integrar a própria dinâmica da política educacional, ao assumirem, ao mesmo tempo, tanto o papel de divulgar dados relativos à avaliação da educação, quanto o de debater o tema da qualidade da educação ou colocá-lo à discussão pela sociedade. Os periódicos jornalísticos se tornaram *dispositivos de controle social da qualidade da educação*. Como tais, suscitam a necessidade de pesquisas que deem conta dos contornos sob os quais se faz essa complexa relação, pois, espelhando-se em Bakhtin (2006), é possível prever a interferência dos jornais nessa realidade, na medida em que se assume que eles não são apenas o reflexo dos fatos.

Notas explicativas:

¹ O IDEB combina os resultados da avaliação com dados contextuais (taxa de evasão e repetência). Reynaldo Fernandes (2007), enquanto presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), justifica o índice afirmando que um indicador de desenvolvimento educacional deveria se definir a partir de informações de desempenho, em exames padronizados, e também de informações sobre fluxo escolar. A estratégia do Ideb é atingir aos dois pontos fundamentais do monitoramento. Para coibir a aprovação em massa, se considero somente o aspecto do fluxo escolar, o índice vale-se também da obtenção de notas em testes padronizados. Desse modo, pensa-se obrigar as escolas tanto a manter um bom nível de aprendizagem quanto o adequado fluxo escolar.

² Dados disponíveis no *site* da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financia a pesquisa. (Disponível em: <[http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/127542/a-impresao-do-consenso-uma-analise-politico-epistemologica-do-saresp-na-folha-de-s-paulo-e-no-jorna->](http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/127542/a-impresao-do-consenso-uma-analise-politico-epistemologica-do-saresp-na-folha-de-s-paulo-e-no-jorna-)).O documento não tem data, uma vez que se trata de um resumo de pesquisa em desenvolvimento disponível no *site* da FAPESP. Até o momento, são os dados possíveis de acessar a respeito da pesquisa.

³ A emergência do Estado Gerencial ocorre a partir da união entre neoliberais e neoconservadores, constituindo o que Michael Apple (2000) chama de Nova Direita. Basicamente, os princípios do gerencialismo são: dispersão do poder de provimento de bens como a Educação; compromisso com a transparência em sua governabilidade; estabelecimento de objetivos claros e de mecanismos de verificação do alcance desses objetivos (CLARKE; NEWMAN, 1997) e, por fim, a ideia da redução dos gastos públicos (VIEIRA, 2011). O gerencialismo ainda se pauta na crítica de que o “público” é portador de todos os vícios, enquanto “o privado” detém as virtudes.

⁴ Outro erro, segundo o autor, a que se conduz mediante o binômio ideologia/repressão é a confusão da ideologia dominante com “[...] mero encobrimento ou dissimulação das metas e objetivos do Estado, o qual somente produziria um discurso unificado, permanentemente mistificador, e apenas progrediria envolto em segredo e sempre dissimulado [...]” (POULANTZAS, 1980, p. 37). Isso é errado, segundo o autor, porque o Estado produz vários discursos, de acordo com a classe a que se destinam suas ações, atuando, ainda, na reprodução do próprio poder.

⁵ Bakhtin (2006) se opõe a Ferdinand Saussure quanto ao estruturalismo linguístico, ao mesmo tempo em que recorre ao marxismo para construir uma filosofia da linguagem. Nessa oposição, ele afirma, ao contrário do objetivismo abstrato de Saussure, que “[...] cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade.” (BAKHTIN, 1996, p. 31). Trata-se de um combate à concepção metafísica da linguagem.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. Política cultural e educação. Tradução José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.
- ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.
- AZEVEDO, J. C. Apresentação. In: RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução Marcelo Duarte. São Paulo: Sulina, 2011.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BERTOLIN, J. C. G. Os quase mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado. **Educação e pesquisa**, v. 37, n. 2, p. 237-248, 2011.
- BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006.
- CLARKE, J.; NEWMAN, J. **The managerial state**: power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare. London: Sage Publications, 1997.
- FARIAS, J. **A impressão do consenso**: uma análise político-epistemológica do Sa-resp na Folha de S. Paulo e no jornal da Apeoesp. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, s/d. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/127542/a-impressao-do-consenso-uma-analise-politico-epistemologica-do-saresp-na-folha-de-s-paulo-e-no-jorna/>>. Acesso em: 01 set. 2013.
- FERNANDES, M. V. **A política educacional brasileira (1995-1998)**: a ação governamental e a repercussão na Folha de S. Paulo. 2011. 179 p. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2011.
- FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FREITAS, D. N. T. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.
- FREITAS, D. N. T. **Avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L. C. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 86, p. 131-170, 2004.

GONÇALVES NETO, W. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KRAWCZYK, N. Anuário educativo brasileiro: visão retrospectiva. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 309-312, jan./mar. 2012.

MACHADO, M. C. G. Estado e educação “em preto e branco”. In: SHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e regulação no contexto latino-americano: Argentina, Brasil e Chile. **Linhas Críticas**, Brasília, DF: Ed. UnB, v. 15, n. 28, p. 45-62, 2009.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução Marcelo Duarte. São Paulo: Sulina, 2011.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Tradução Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SOUZA, S. Z. L; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003.

SOUSA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, S. L. Continuidades e rupturas na política educacional: indicadores do período 1995-2005. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 34., 2011, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas, 2011.

Recebido em 16 de dezembro de 2013

Aceito em 21 de junho de 2014